



Começa ano legislativo de 2004

Morastoni enfatizou necessidade do trabalho harmônico e independente

Com a leitura da mensagem anual do Executivo pelo governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), conforme determina o artigo 71, inciso X da Constituição Estadual, o parlamento catarinense deu início às atividades de 2004 no dia 16 de fevereiro. O relatório, em forma de livro e elaborado pela secretaria estadual do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi entregue ao presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), em encontro realizado no gabinete da presidência antes da abertura do 2º ano da 15ª Legislatura. Em seguida, Morastoni seguiu para o plenário onde abriu oficialmente a sessão. Compuseram a mesa, além dos chefes dos dois Poderes, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Salomão Ribas Júnior, o procurador geral de Justiça, Pedro Sérgio Schroeder, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Anselmo Cerello, representando o Poder Judiciário, e o deputado Romildo Titon (PMDB), 1º secretário.



(fotos Jonas Lemos Campos)

Página 5



O governador em exercício e o presidente da Casa, com a mensagem

Sessão solene abriu os trabalhos deste ano no parlamento catarinense

Deputados pedem intervenção do Ministério da Justiça para evitar confrontos entre índios e agricultores no Oeste do Estado.

Página 3

(foto Carlos Kilian)

Vetos começam a ser analisados

A partir da próxima semana os parlamentares começam a apreciar os vetos interpostos pelo governo estadual aos projetos aprovados pela Assem-

bléia no final do ano passado. Vinte proposições receberam vetos, sendo que 12 foram vetados totalmente e oito parcialmente.

Página 7

Morastoni acompanha visita de Fritsch e técnicos em Itajaí e Navegantes.

Página 3



Entrevista

Leandro Fermino, protagonista do filme Cidade de Deus

Página 6

O Parlamento ainda mais próximo da sociedade

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina terá como prioridade, ao longo deste ano, reforçar o propósito de ser um centro de debates e de referência para os catarinenses. O trabalho da Mesa e dos servidores estará voltado a consolidar medidas administrativas e legislativas que garantam a proximidade entre os cidadãos e o Parlamento. A intenção da Presidência em 2004, é aperfeiçoar o processo legislativo, com a estrutura necessária para o debate amplo de todas as matérias, projetos, de interesse da população de forma a favorecer a interação entre Parlamento e sociedade, com a maior visibilidade possível das ações.

No primeiro ano da gestão conseguimos avançar no propósito de tornar o trabalho realizado pelo conjunto de parlamentares desta Casa conhecido da sociedade. Pudemos verificar esse avanço através do retorno que a Assembléia Legislativa teve nas diversas formas de interação com a sociedade. Houve presença marcante da população no espaço da Assembléia Legislativa em eventos realizados ao longo de 2003, tanto nas comissões técnicas como nos debates no plenário. Também foi importante a realização de audiências públicas nas regiões para o debate de temas específicos e para discutir o Orçamen-

to Regionalizado. Além disso, foi intensa a programação cultural, reunindo visitantes na Galeria Meyer Filho para a participação em eventos como lançamento de livros e de festas temáticas de municípios catarinenses. Mas a interação da Assembléia com o público externo também foi fortalecida através das informações, cada vez mais democráticas, que têm sido oferecidas à sociedade, tanto através da TVAL como do jornal ALNotícias e pela internet.

Esta preocupação em tornar cada vez mais acessível à sociedade informações sobre o funcionamento do parlamento e investir em condições para melhorar essa relação, se mantém. Nesse sentido, há um esforço grande da administração para racionalizar e ampliar o espaço físico da Casa, de modo a possibilitar melhor estrutura para a realização das atividades que têm caracterizado o parlamento catarinense como um centro de referência para o debate de questões de interesse da sociedade. Ao mesmo tempo, a Assembléia deverá continuar, em 2004, a investir politicamente em uma relação madura, respeitosa e independente com os poderes Executivo e Judiciário, buscando o equilíbrio e a solução para as demandas da população do nosso Estado.

Deputado Volnei Morastoni (PT)

Aprofundando o fosso

A educação é condição primordial para que as pessoas possam ascender econômica e socialmente. Portanto, a ação de um Poder Público responsável deve seguir sempre no sentido de fomentar o acesso de mais e mais crianças e jovens ao ensino. Zelando para que haja oportunidades iguais para os mais e os menos abastados. Mantendo-se condições desiguais, as camadas carentes da população ficarão excluídas do ensino, em especial o superior, criando-se um ciclo vicioso de perpetuação de sua condição sócio-econômica. A falta de universidades gratuitas no interior do estado deveria ser compensada, em tese, pelo pagamento de bolsas de estudo aos universitários carentes, com recursos do Estado e de alguns municípios. Mas o verbo, infelizmente, conjuga-se desta forma: deveria.

Em Blumenau, a prefeitura contesta a Lei Orgânica, que a obriga a repassar recursos para a Furb, destinados integralmente às bolsas de estudo. Como resultado, cerca de 300 jovens de famílias humildes deixam de estudar e de poder sonhar com um futuro melhor. A dívida gira em torno de R\$ 15 milhões. O Estado, infelizmente, caminha no mesmo sentido. Há uma dívida de R\$ 8 milhões em valores históricos (aproximadamente R\$ 20 milhões se atualizada) com o sistema Acafe, herança do governo Paulo Afonso. E

o governo Luiz Henrique atrasou os repasses no final do ano passado.

Pior do que isso. Fruto de uma ampla discussão dos deputados estaduais com a comunidade catarinense, foi aprovada na Casa, lei que altera o artigo 170 da Constituição Estadual, modificando a sistemática de concessão de bolsas de estudo com recursos estaduais. Concluímos que cometia-se uma injustiça, pois 40% dos recursos previstos em lei não beneficiavam os estudantes, pois destinavam-se ao crédito educativo. Como este sistema nunca foi regulamentado, não foi instituído e o dinheiro não chega aos universitários carentes. Modificamos essa situação, destinando 100% dos recursos às bolsas de estudos. É uma decisão justa e necessária. Mas, no entanto, revelando insensibilidade, o governador Luiz Henrique da Silveira vetou a lei e assim impediu que os recursos para bolsas praticamente dobrassem.

Cabe agora à sociedade catarinense, em especial aos jovens, mobilizarem-se para pressionar 39 deputados estaduais, pedindo que derrubem o veto do governador. Àqueles que a conta de 39 parlamentares causou estranheza, aviso rapidamente: não há a mínima necessidade de me pressionar, pois estou convicto de que a derrubada do veto é uma questão de justiça com os catarinenses.

Deputado João Paulo Kleinubing (PFL)

Pré-vestibular aprova alunos carentes

Um total de 10 alunos do curso Pré-vestibular da Escola do Legislativo da Assembléia foram aprovados no último vestibular de sete instituições de ensino superior (UFSC, Udesc, Unisul, Cesusc, Barddal, Senai e Estácio de Sá). Seis deles vão ingressar em universidades públicas: quatro na UFSC e dois na Udesc. A aprovação, segundo a diretora da Escola, Carla Maria Vieira Pedrozo, superou as expectativas, considerando que na primeira turma, em 2002, somente três alunos foram aprovados.

Nas duas turmas (matutino e

noturno) de 2003, no chamado Pré-vestibular Comunitário, além dos servidores da Alesc e seus dependentes de baixo poder aquisitivo, foram atendidos estudantes carentes indicados por entidades comunitárias não-governamentais. "A Escola do Legislativo está cada vez mais preocupada em proporcionar gratuitamente condições para o acesso às universidades e com esse projeto comunitário isso está sendo alcançado", destacou a diretora, que reafirmou o compromisso do parlamento estadual em constituir novas turmas do curso para este ano. (RMPP)

Univali

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) adiou, no dia 18, a decisão sobre a renovação do certificado de filantropia da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). A deliberação foi tomada após o pedido feito pelo conselheiro representante do Ministério da Previdência Social para que se faça uma diligência complementar junto à Univali, que pode ser realizada ainda no mês de março. A decisão sobre a renovação do certificado deve ser tomada em abril, quando o Conselho volta a reunir-se.

Até lá, a filantropia está mantida devido a um recurso acionado pela Univali junto ao CNAS. O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), acompanhou as reuniões do Conselho realizadas nos dias 17 e 18. "Estamos confiantes que esta diligência recolherá mais informações para que o Conselho decida pela manutenção deste certificado, tão importante para a universidade e para a cidade de Itajaí". Morastoni estava acompanhado do procurador jurídico da Univali e esteve em contato direto com o reitor José Roberto Provesi durante estes dois dias. (RV)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Conflito por terras

Parlamento defende ação integrada

(foto Solon Soares)

Por volta da 1 hora da manhã do dia 16 de fevereiro, o presidente do Sindicato Rural de Abelardo Luz, Olices Stefani, 56 anos, foi assassinado com um tiro. Seis pessoas foram feitas reféns por indígenas, num acirramento do conflito por terras no Oeste.

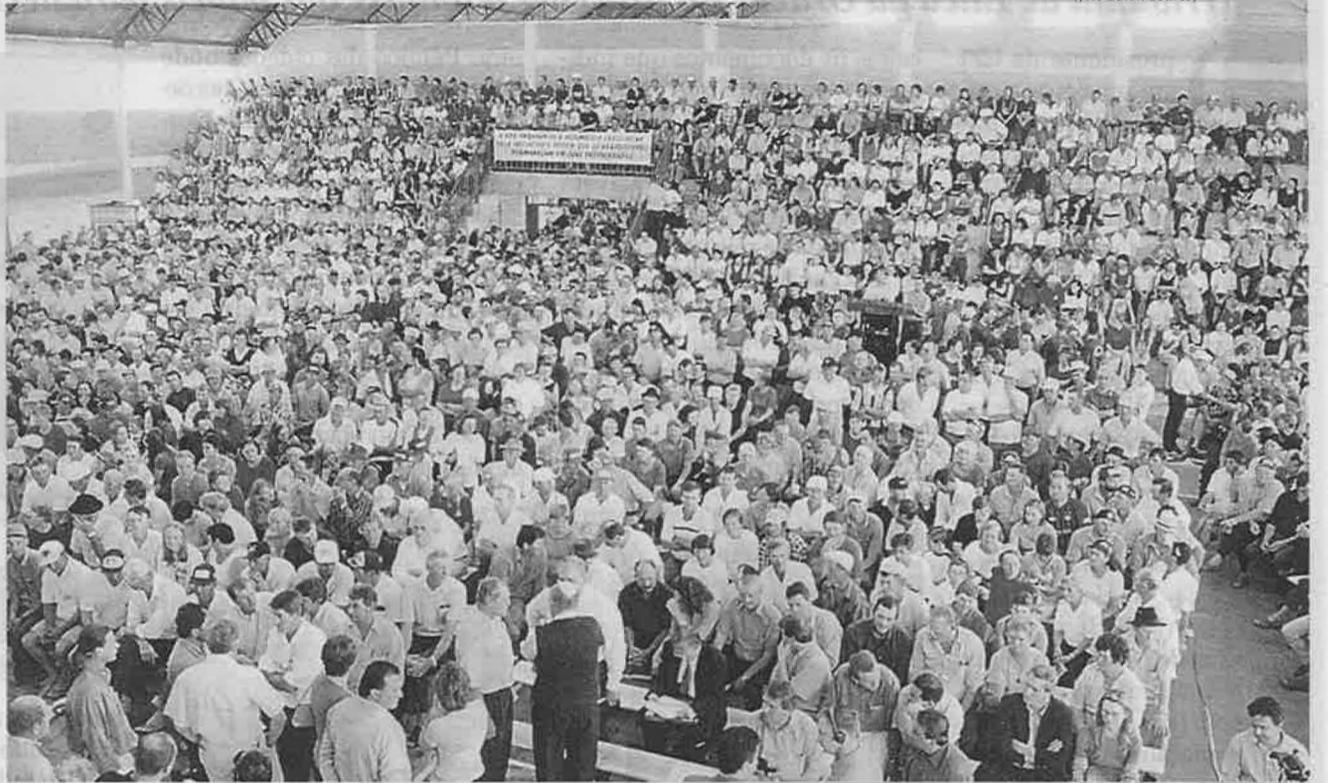
Na sessão solene de abertura dos trabalhos da Assembleia, na tarde do dia 17, o vice-presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), fez um apelo no sentido de mobilização do Legislativo para evitar uma tragédia ainda maior e pediu a intervenção do Ministério da Justiça no caso. O presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), em nome da Assembleia, voltou a empenhar apoio para que o Ministério constitua uma comissão integrada por representantes do Executivo, Legislativo, agricultores e Fundação Nacional do Índio (Funai) e do próprio Ministério da Justiça para buscar soluções aos conflitos decorrentes de demarcações de terras em Santa Catarina.

No ano passado, a Assembleia realizou duas audiências públicas na região, reunindo mais de quatro mil agricultores, lideranças indígenas, políticas, representantes dos órgãos estaduais, municipais e federais envolvidos.

"Há denúncias de que estão vindo índios do Paraná e que quem está trazendo é a Funai (Fundação Nacional

do Índio). Este órgão, ao invés de prestar auxílio aos indígenas, está incentivando as invasões. Faço um apelo para que o Ministério da Justiça tome providências antes que se desencadeie conflito maior", enfatizou Agostini. Para ele, a responsabilidade pela disputa por terras é do governo federal. "Se no passado estas terras que motivam o conflito eram indígenas, hoje são de posse legítima dos agricultores que têm a documentação que garante a propriedade. A responsabilidade é do governo que concedeu o título das terras", afirmou Onofre, endossado pelo colega de bancada, deputado João Rodrigues, que acusou a administração federal de inoperante. Para Morastoni, o importante é definir o que é terra indígena a partir do que estabelecem as Constituições Federais de 1967 e

1988, e a jurisprudência já firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento sobre casos de disputa de terras. "Até quando vamos retroceder na história para reconhecer terras indígenas. Temos que definir estes parâmetros, antes que esta situação assuma proporções mais trágicas", disse, defendendo ainda a correta indenização. O deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB) assinalou, em discurso da tribuna, que no Alto Vale do Itajaí a situação também é delicada. "É um barril de pólvora prestes a explodir. Em Vitor Meirelles a situação é igual ou pior do que no Oeste", alertou. (DAB/SD)



Audiência pública realizada em setembro, em Cunha Porã

O Conflito

Nos últimos dez anos, com o início do cumprimento do artigo 231 da Constituição Federal, que determina a devolução de terras às populações indígenas, cresce a ameaça de expulsão de famílias que estão há mais de 50 anos nas áreas apontadas em estudos dos antropólogos da Funai.

Em todo o estado são 27 áreas, totalizando 50 mil hectares de terras, que estão sendo reivindicadas pelas populações indígenas com base em estudos daquele órgão. Para os agricultores, o governo federal está desprezando a legalidade, pois tem se negado a reconhecer os títulos de posse, emitidos em datas que vão do final do século XIX ao começo da década de 80. A maioria, na região de Abelardo Luz, foi emitida na década de 20, pouco tempo depois do município sair dos limites do Paraná e passar a integrar Santa Catarina.

Pelo referido artigo, as áreas só podem ser demarcadas como indígenas se houver a confirmação de sua efetiva presença física antes de 1988, ano em que foi promulgada a última Carta Magna. Além disso, caso demarcada, a Constituição obriga o pagamento de indenização pelas terras, não apenas pelas benfeitorias.

Segundo informações do governo estadual, a Funai tem feito a defesa antropológica, desprezando a legislação vigente. Ainda de acordo com o governo, além de querer demarcar áreas cuja presença indígena não ficou comprovada - considerando os títulos de posse dos agricultores inválidos -, os decretos da União prevêem apenas o pagamento de indenização pelas benfeitorias, considerando ainda que deverá ser paga pelo governo estadual. A União se baseia na tese de que os títulos de posse emitidos pelo Estado foram concedidos "de má fé". (MMV)

Infraero em Itajaí

(foto Carlos Kilian)

O presidente da Alesc, deputado Volnei Morastoni (PT), acompanhou o secretário nacional da Pesca, José Fritsch, em visita à região de Itajaí no dia 19 de fevereiro. eles visitaram empresas de pesca de Itajaí e Navegantes, acompanhados por um grupo de técnicos da Infraero que discute a construção do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro no entorno do aeroporto do Galeão. A Infraero teme que a produção pesqueira atraia pássaros e que os animais possam colocar em risco a operação de aeronaves no entorno dos aeroportos. No caso das indústrias pesqueiras de Itajaí e Navegantes, próximas do Aeroporto de



Morastoni, Frisch e técnicos da Seap/Infraero

Navegantes, não são registrados problemas com aves de qualquer natureza.

A missão da Seap/Infraero/DAC avaliou as condi-

ções de higiene e os sistemas de produção, carga e descarga das estruturas pesqueiras. O trabalho deve subsidiar os estudos

sobre a viabilidade de construção do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro. Para Morastoni, a visita de Fritsch ao principal pólo pesqueiro do país é uma prova do reconhecimento da importância que Itajaí tem no contexto nacional da pesca. "Fritsch veio até nossa região, referência em técnicas e pesquisas para o setor pesqueiro, para demonstrar que com as metodologias usadas aqui não haverá risco para o aeroporto fluminense, como não há risco para as aeronaves que pousam no Aeroporto de Navegantes", disse o parlamentar. (FD)

CPIs

Casan: Documentos são entregues à OAB/SC

Tribunal de Ética da Ordem vai proceder a análise dos papéis para decidir sobre punição a advogados

O presidente da CPI que investiga a origem do passivo trabalhista da Casan, Dionei Walter da Silva (PT), entregou ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB), Adriano Zanotto, na tarde do dia 18, documentos oriundos de instituições financeiras que comprovam irregularidades cometidas pelo advogado Rubens João Machado, nos desvios dos saldos dos alvarás judiciais trabalhistas para sua conta particular. Na mesma tarde, o relator, Mauro Mariani (PMDB), acompanhado de Dionei e o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), entregou a documentação ao presidente da empresa, Walmor de Lucca.

Dionei foi recebido por Zanotto por volta das 15h30. "Nós estamos repassando para a OAB os comprovantes dos saques dos alvarás e dos depósitos nas contas particulares do advogado Rubens João Machado, que chegam a R\$ 680 mil. Mas ainda falta receber das instituições finan-

ceiras os documentos que indicam o caminho que seguiram mais de R\$ 900 mil", observou. O presidente da OAB informou que toda a documentação que vem recebendo da CPI está sendo encaminhada ao relator do processo na Comissão de Ética da Ordem. O Tribunal de Ética vai analisar se defere ou não o pedido de suspensão preventiva das atividades do profissional. O deputado disse que os membros da CPI levarão a documentação ao Minis-

tério Público das cidades onde houve as irregularidades (Concórdia, Xanxerê e São Miguel do Oeste) para que sejam tomados os procedimentos legais pela Justiça.

Também o presidente da empresa, Walmor De Lucca, recebeu a cópia dos documentos que comprovam as irregularidades. De Lucca elogiou o trabalho da CPI e disse que a Casan está tentando contornar as falhas, que possibilitaram as improbidades, graças ao auxílio que a comissão vem pres-



Dionei e Zanotto



Mariani, de Lucca e Vieirão

tando com as investigações.

"Quando vim na Assembléia no ano passado falar sobre o absurdo que era o montante do passivo trabalhista da empresa, acreditava na existência de uma indústria de indenizações trabalhistas na Casan. E isso está sendo comprovado, inclusive os conluíus de advogados", salientou. O presidente da Casan informou que estão sendo tomadas medidas legais para demitir o advogado para que,

futuramente, a empresa não venha ser alvo de mais um processo trabalhista. "Ele pediu demissão e ofereceu R\$ 500 mil para cobrir os prejuízos, através de um emissário. Pedi que fizesse por escrito, mas até agora não o fez. Mesmo assim ele pediu a demissão, mas estamos tentando ver uma forma de demiti-lo por justa causa e recuperar, pelo menos, parte do prejuízo financeiro causado pelo advogado", finalizou. (CA)

Prazo para investigações da Udesc é prorrogado

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades na Udesc, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), foi prorrogada por mais 60 dias, a partir do dia 2 de março. A decisão foi tomada na manhã do dia 18 de fevereiro, em reunião ordinária, e aprovada por unanimidade pelos membros presentes, deputados Dado Cherem (PSDB), Celestino Secco (PP), Simone Schramm (PMDB), Julio Garcia (PFL), Lício Mauro da Silveira (PP) e Pedro Baldissera, representando Wilson Vieira - Dentinho (ambos do PT).

Esta foi a primeira reunião aberta da CPI este ano. Eccel iniciou apresentando os trabalhos feitos pela assessoria técnica durante o recesso parlamentar. Ele disse que a Comissão tem encontrado dificuldades em conseguir a colaboração de algumas entidades e levantou a possibilida-

de de recorrer ao Poder Judiciário para a obtenção das informações. O relator, Dado Cherem, leu um documento sintetizado as atividades da CPI, desde sua instalação. "Este relatório é apenas um resumo e aponta a necessidade de serem ouvidas mais testemunhas para que alguns assuntos tornem-se mais claros", assinalou.

Com relação ao ensino a distância, também objeto da investigação, o presidente da Comissão informou que recebeu comunicação por escrito do prefeito de São Gonçalo (Bahia), Antonio Dessa. "Ele nega que sua cidade tenha ligação com o ensino a distância da Udesc e virá depor no dia 1º de março", disse Eccel.

Ainda restam mais de 20 mil páginas de documentos para análise, mas os integrantes da CPI esperam concluir todos os trabalhos até o dia dois de maio. (CA)

CEF renegocia dívidas da Cohab

Os 8.843 mutuários da Cohab, Caixa Econômica Federal e Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que estão inadimplentes, já estão começando a renegociar suas dívidas. A informação foi fornecida na tarde do dia 18 pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), autor do pedido da audiência pública realizada em setembro passado, pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, que debateu o assunto

com a presidente da Cohab, Maria Darci Mota.

Segundo Mariani, muitos inadimplentes de todo estado já quitaram suas dívidas, como o caso da Cohab de São Bento do Sul. "Muitos mutuários tiveram suas contas refeitas e conseguiram quitar as prestações atrasadas por R\$ 2.500, preço bem mais razoável do que o antigo montante apontado pela instituição, que tornava inviável seu pagamento", informou.

O parlamentar destacou a importante participação de todos os parlamentares que participaram do processo de negociação, incluindo os deputados federais Carlito Merss (PT) e Ivan Ranzolin (PP). "A Assembléia Legislativa de Santa Catarina uniu forças entre vários deputados, como Reno Caramori (PP) e Dionei da Silva (PT), que, independente do partido, abraçaram a causa em prol dessas famílias", afirmou. (TK)

Comissão amplia participação popular

No segundo ano desta Legislatura uma nova comissão permanente será constituída na Assembléia, unindo-se às 12 já existentes na Casa. Trata-se da Comissão de Legislação Participativa. Composta por sete deputados, vai analisar as sugestões apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades da sociedade civil, exceto partidos políticos. Pareceres técnicos e exposições científicas e culturais também serão recebidos.

As sugestões que receberem parecer favorável serão transformadas em proposições e encaminhadas à Mesa para tramitação. Para que seja apresen-

tado à Assembléia, o projeto de lei deverá ter no mínimo 1% de eleitores do Estado, distribuídos por pelo menos 20 municípios, com não menos de 1% dos eleitores de cada um deles.

Esse tipo de comissão só foi implantada em seis estados, mas há mais duas em fase de instalação e duas em fase de criação, incluindo Santa Catarina. Há 16 municípios que possuem esta comissão, 10 apenas no estado de São Paulo.

As bancadas terminam de fazer as indicações para a composição desta e das outras comissões até a próxima semana. (GMP)

Modernização e independência norteiam ações da Assembléia

Após a execução do Hino Nacional, o governador em exercício leu a mensagem que trata das ações desenvolvidas pelo Poder Executivo no decorrer do exercício de 2003. Eduardo Pinho Moreira destacou as realizações do primeiro ano do atual governo, como a criação das 29 secretarias regionais, além das mudanças ocorridas nas áreas de educação, saúde e planejamento, entre outras, que compõem o chamado Plano 15 da administração peemedebista. Segundo ele, o formato da apresentação é inovador, refletindo o novo cenário criado com a descentralização administrativa e do Poder Executivo. "Com a ajuda, apoio e a compreensão desta Casa, que teve a capacidade e a sabedoria de aprimorar o projeto de descentralização, fomos capazes de, em apenas um ano, tornar realidade um desafio que a muitos se afigurava como utópico e inalcançável", afirmou, utilizando a célebre citação de São Francisco de Assis - "Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível e, de repente, você estará fazendo o impossível", para iniciar sua apresentação.

Ainda em sua leitura, o governador em exercício assinalou que a maioria dos países desenvolvidos tem estrutura federativa diferente da vigente no Brasil, com ênfase



Morastoni, com Pinho Moreira e demais parlamentares na visita ao Centro Administrativo

nos governos locais e regionais e repartição de competências entre as três esferas do poder: estadual, municipal e federal. "No Brasil, apesar de cada vez mais assumirem a linha de frente dos problemas, os municípios permanecem no último escalão da administração pública. Ao se defrontar com situações complexas, que exigem intervenções ágeis em áreas como segurança pública, infra-estrutura, políticas soci-

ais, emprego e renda, os municípios são obrigados a superar suas deficiências orçamentárias, tecnológicas e logísticas para dar conta da hercúlea tarefa de extrapolar a velha rotina doméstica urbana e assumir novas responsabilidades", completou.

As 29 secretarias regionais obtiveram lugar de destaque em sua mensagem. Conforme Pinho Moreira, as Secretarias Regionais têm dois aspectos distintos e comple-

mentares, funcionando como extensão do governo e atuando como agências de desenvolvimento regional. "A partir de 2004, com a participação e aprovação desta Casa, as regionais passam a operar o orçamento regionalizado e participativo. Além disso, realizamos aquilo que nunca tivemos em Santa Catarina, um planejamento de médio e longo prazos, com detalhamento microrregional", explicou.

Modernização - Declarando abertos os trabalhos legislativos, Morastoni enfatizou em seu discurso a continuidade do processo de modernização da Casa e a necessidade da atuação harmônica dos Poderes, mantendo sempre o princípio da independência que os rege constitucionalmente. "Vamos prosseguir com a modernização administrativa, também queremos atualizar a nossa Constituição, fazer reformas no espaço físico, com as adaptações necessárias", ressaltou. Falou ainda sobre a comunicação da Assembléia com a sociedade. "Queremos transformar a Assembléia em um centro de referência de comunicação com a sociedade, principalmente com a TVAL", encerrou. Encerrada a 2ª sessão da 15ª legislatura, os parlamentares foram ao Centro Administrativo do governo do Estado, cumprindo a tradicional retribuição da visita do chefe do Executivo. (CA/TK/DAB)

Irregularidades na Celesc

Um pedido de informações foi encaminhado pelo deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP) para encaminhamento à Celesc, na sessão ordinária do dia 19. O parlamentar quer que a presidência da empresa forneça cópia de todos os documentos e processos administrativos que envolvam a construção ou desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Santa Catarina e a cópia de documento firmado entre a Celesc e a Tetrahedron S/A.

A Tetrahedron S/A, criada em setembro do ano passado e com sede no Rio de Janeiro, terá o direito de comprar, por 20 anos, energia de até 1 milhão e 36 mil megawatts/ano (cerca de 200 megawatts de potência) produzida pelas pequenas centrais elétricas do Sul do país conectadas à Celesc. De acordo com o parlamentar, em valores de março do ano passado, isso representa R\$ 2 bilhões.

Exoneração - Ele afirmou que há fortes indícios do que ele chamou de "maracutaia"



Deputado Antônio Carlos Vieira

nesse processo, entre eles, a não apreciação pela Assembléia - conforme determina a Constituição Estadual em seu Artigo 13 -, e a falta de licitação pública. Também não foram consultados os acionistas e o Conselho de Administração da Celesc. "Além do aspecto constitucional tem o aspecto moral. Como vai ser feita essa compra? Quem vai lucrar com isso?", indagou o parlamentar.

Vieirão apresentou cópia do pedido de exoneração feito no dia 18 pelo Chefe do Departamento de Geração de Energia, engenheiro Sebastião Hülse, e encaminhado ao presidente da estatal, Carlos Rodolfo Schneider. Hülse considera ilegais as medidas que estão sendo implementadas pela Celesc e assinala que projeto desenvolvido pelo Departamento foi desconsiderado. O deputado aguarda o envio da documentação solicitada ao governo, para que, a partir da análise do material, possa fazer os encaminhamentos necessários. (RMPP)

Requerimento à CPI nacional da exploração sexual

Por maioria de votos, 13 a 9, requerimento apresentado pela bancada do Partido Progressista (PP) foi aprovado na primeira sessão ordinária depois do fim do recesso parlamentar. O documento foi encaminhado à senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS/CE), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Congresso Nacional. Serão remetidas à CPI matérias divulgadas pela imprensa sobre o rumoroso caso do bordel em Joinville envolvendo integrantes do alto escalão da Segurança Pública de Santa Catarina, como o comandante geral da Polícia Militar, coronel Paulo Conceição Caminha - afastado do cargo -, que teria impedido a realização de uma blitz que investigava a presença de menores de idade no local.

Para a bancada, a gravidade dos fatos exigia da Assembléia Legislativa uma rápida ação, pedindo para que a CPI do Congresso Nacional apure as denúncias. "Os fatos envolvem não uma pessoa comum, mas sim proe-

minentes figuras do governo. Homens cuja conduta profissional, esperava-se, fosse exemplo para a sociedade", enfatizou o deputado Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP). "Os envolvidos no episódio devem ser investigados em profundidade para que os fatos de que são acusados sejam plenamente esclarecidos e os culpados exemplarmente punidos", completou.

Vieirão ainda lembrou que, em 16 de dezembro passado, fez um pedido de informação, encaminhado ao Procurador Geral da Justiça, para esclarecer o assunto. "O esclarecimento cabal dos fatos, bem como a punição dos culpados, é uma exigência que se impõe para reparar a dignidade pública que foi ultrajada", argumentou.

O líder do governo na Assembléia, deputado Hemeus de Nadal (PMDB), afirmou que confia no trabalho do Ministério Público e nas providências que o governo já tomou. "O que importa são os fatos. Este requerimento serve apenas para ganhar espaço em um ano que será tumultuado graças às eleições que se aproximam", avaliou. (TK)

Leandro Fermino : "Um Zé nem tão pequeno da Cidade de Deus"

(foto Carlos Kilian)

Nascido na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, há 25 anos, Leandro Fermino da Hora é o ator/vilão do filme que leva o mesmo nome de sua comunidade. Altruísta, o Zé Pequeno do filme *Cidade de Deus* diz que trabalhar como ator no cinema foi uma grande oportunidade surgida em sua vida mas que, embora tenha planos de seguir carreira na vida artística, não deixará de lado o seu objetivo de vida já delineado, desde sua formação familiar. Leandro Fermino diz que nunca teve qualquer ligação com o tráfico de drogas e ressalta que a comunidade em que vive não é a mesma do filme, vivendo uma outra realidade, e sequer chegou a conhecer o personagem que vive nas telas, Zé Pequeno. O filme *Cidade de Deus*, dirigido por Fernando Meireles, recebeu quatro indicações ao Oscar e já rendeu prêmios ao novo ator, que esteve em Florianópolis entre os dias 10 e 14 de fevereiro, participando da 1ª Mostra Brasil de Cinema e Hip Hop, na Lagoa da Conceição, realizada pela Nação Hip Hop, coordenada por Cláudio Rios.

Carlos Agne

AL Notícias - Como surgiu a oportunidade de você ingressar no cinema como ator? Cidade de Deus é seu primeiro trabalho?

Leandro Fermino - Na verdade, nunca passou pela minha mente trabalhar como ator ou mesmo no cinema. Eu tinha outros objetivos para a minha vida. Queria terminar meu segundo grau e entrar para uma faculdade. Estava fazendo curso pré militar pois queria ser sargento da aeronáutica. Então, essa oportunidade de ingressar na carreira de ator foi uma coisa meio que nova em minha vida. Meio porque eu pulei de pára-quadras nisso tudo.

AL Notícias - Você se descobriu ou foi descoberto para entrar no cinema?

Leandro Fermino - Foi uma coisa muito louca. O pessoal do "Nós do Cinema", criado pela Kátia Lund e pelo Fernando Meireles, foi em algumas comunidades do Rio de Janeiro e acabou indo na minha. Eu moro na Cidade de Deus. Fui e fiz um teste e depois mais outro. Passei a freqüentar oficinas de preparação e acabei tendo a sorte de ser selecionado para poder compor o elenco do filme.

AL Notícias - Estar num cast, num elenco de atores e atrizes de um filme indicado para concorrer a quatro indicações do Oscar deve ser fantástico. Como você absorve isso?

Leandro Fermino - É muito gratificante porque, não só eu como todo o elenco, trabalhamos muito duro. Ficamos, praticamente, durante dois anos trabalhando em função do filme. Isso é muito especial e revolucionou totalmente a minha vida.

AL Notícias - Os laboratórios eram todos realizados na favela mesmo?

Leandro Fermino - Não houve laboratórios. Houve uma oficina de preparação de atores, realizada na Fundação Progresso, coordenada pelo Guti Fraga, que também coordena o projeto "Nós no Morro", um grupo de teatro que existe no Morro do Vidigal, no Rio de Janeiro. Durante as oficinas ele passava as noções de interpretação, de improvisação, dentro da história e do universo do filme.

AL Notícias - Nesta sua primeira experiência como ator, como se sentiu ao compôr o personagem Zé Pequeno. Foi difícil ou já havia alguma familiaridade?

Leandro Fermino - Graças a Deus, nunca tive familiaridade com o personagem Zé Pequeno. Nunca fui envolvido com o tráfico de drogas. Mas, realmente, foi muito difícil compor o personagem, porque ele é muito forte. Tive de ficar durante três meses trabalhando com a Fátima Toledo, que é uma preparadora de atores de São Paulo. Fiquei ralando de domingo a domingo. Não só eu como todo o elenco principal do filme.

AL Notícias - O filme Cidade de Deus possui cenas que chocam o público e, consequentemente, deve também tê-lo chocado, uma vez que é a sua estréia na carreira de ator e o personagem é fortíssimo. Um exemplo é a cena onde o Zé Pequeno pede a um menor para indicar um de seus dois amigos para ser morto ou escolher em dar a mão ou pé para levar um tiro. Como foi a experiência?

Leandro Fermino - Esta é uma das cenas mais fortes do filme. Ficamos duas semanas trabalhando nela junto com a Fátima. Todos os atores que estavam envolvidos naquela cena precisavam estar 100% concentrados para poder sair perfeita. Graças a Deus, acabou e deu tudo certo.

AL Notícias - Você considera que a leitura feita pelo diretor Fernando Meireles refletiu a realidade da Cidade de Deus?

Leandro Fermino - Foi muito legal, bacana saber do resultado positivo obtido depois que ralei muito durante dois anos. Me dediquei, me entreguei de cor-



Leandro Fermino - A Cidade de Deus hoje é bem diferente. Aquilo ali é uma Cidade de Deus da década de 60 e 70, quando, aliás, eu nem era nascido. Não conheci Zé Pequeno e nem Mané Galinha. É um ponto de vista do Fernando, que está contando uma história verídica pelo seu prisma.

AL Notícias - Planos para o futuro com relação à carreira de ator?

Leandro Fermino - Em relação ao cinema tenho muitos planos. Pertencço a uma ONG de cinema chamada *Nós do Cinema*, onde nosso objetivo maior é possibilitar oportunidades aos jovens das comunidades carentes a ter acesso ao audiovisual, ao cinema, assim como aconteceu comigo. Vou ingressar na faculdade Santa Úrsula neste ano, onde cursarei Ciências Biológicas e já estão rolando outras propostas de trabalho também.

AL Notícias - Como foi para você receber o prêmio de melhor ator no Festival de Havana, junto com mais alguns colegas da Cidade de Deus e também ser considerado o melhor vilão no Prêmio Adoro Cinema 2002, sem falar nas indicações para outros festivais?

Leandro Fermino - Foi muito legal, bacana saber do resultado positivo obtido depois que ralei muito durante dois anos. Me dediquei, me entreguei de cor-

po e alma e consegui fazer um trabalho legal. Isso é gratificante.

AL Notícias - A produção e a direção do filme usou muita gente da favela, entre eles seus amigos?

Leandro Fermino - O Fernando foi muito inteligente em fazer isso. Mesmo que ele colocasse atores já conhecidos seria meio complicado porque essa malandragem, esse linguajar, só tem quem mora em comunidade. Você pode ser uma pessoa comum na comunidade, assim como existe muita gente que possui escolaridade e até curso universitário, mas mesmo assim possui a malandragem e o jeito de ser que é algo específico.

AL Notícias - Já houve casos no cinema brasileiro de atores se envolverem tanto com o personagem ou vice-versa que as qualidades e, principalmente, os defeitos, acabam fazendo parte do eu dessa pessoa. Um exemplo é o caso do Pixote. Chamado para à vida artística, saindo da favela, acabou se tornando um marginal. Não te preocupa esse tipo de coisa vir a ser pensada e vista negativamente pelo seu espectador?

Leandro Fermino - É, tem muitas pessoas que perguntam. Mas eles têm que parar para pensar, pois a maioria das pessoas que estão no filme Cidade de Deus são jovens que já faziam teatro. O Pixote, coitado, não teve uma boa estrutura familiar, não teve boa assessoria, era analfabeto. Foi um caso muito complicado. Agora, eu não me preocupo com isso, até porque antes de fazer o filme sempre estudei, já tinha objetivo para a minha vida. A galera lá do *Nós do Morro* (ONG do Vidigal) somou total no filme e já trabalha com teatro há muito tempo.

Graças a Deus nunca tive familiaridade com o personagem Zé Pequeno. Nunca fui envolvido com o tráfico de drogas. Foi muito difícil compor o personagem porque ele é muito forte

Deputados analisam vetos

A partir da próxima semana, com a definição da composição das comissões permanentes, os deputados começam a analisar os vetos do governo aos projetos aprovados pelo parlamento. A oposição já está se reunindo para articular condições para derubada dos vetos, especialmente, sobre o PLC 009/03, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), que altera a Lei Complementar nº 180, de 1999, que trata da ampliação de bolsas de estudos.

“Este vai ser o principal debate que vamos ter. É um compromisso de campanha do atual governo que está sendo rasgado. Quando candidato, Luiz Henrique apresentou 11 compromissos para a comunidade estudantil e um deles era ampliar o alcance do artigo 170. Duas comissões da Casa fizeram sua parte, realizando audiências públicas em todas as comunidades e o governo não honrou com o seu compromisso”, avaliou o líder da oposição, deputado Jo-

ares Ponticelli (PP).

O deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo, diz que a administração estadual se ateve a vetar projetos com relação à competência das proposituras e que, somente após a apreciação dos deputados nas Comissões, serão analisados todos os aspectos - iniciativa, constitucionalidade e interesse público. “Na grande maioria são matérias de origem parlamentar. Mas preferimos avaliar o quadro após a análise das comissões”, argumentou. (CA)

Homenagem

A sessão ordinária do dia 25, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), foi encerrada por volta das 14 horas em homenagem ao ex-deputado Lauro Locks.

Locks faleceu aos 87 anos, na segunda-feira (23), vítima de uma embolia pulmonar, ocorrida durante cirurgia a que estava sendo submetido para corrigir uma fratura, e foi sepultado em Biguaçu. Natural de Braço do Norte, atuou como professor, inspetor escolar, secretário estadual de Educação e membro do Conselho Estadual de Educação. Suplente de deputado em 1955, foi convocado para assumir uma vaga na Assembleia Legislativa pelo Partido Social Democrático (PSD). Na legislatura seguinte voltou a ocupar uma cadeira na Casa e passou a legislar pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). (DAB)

Líderes

Como de praxe, as bancadas indicaram seus novos líderes ao iniciar o ano legislativo. No PMDB, o deputado Rogério Mendonça - *Peninha* foi substituído por Ronaldo Benedet (PMDB), enquanto o PFL e o PP mantiveram os deputados Antônio Ceron e Joares Ponticelli, respectivamente.

A deputada Odete de Jesus é a única representante do PL no parlamento catarinense, e o PTB, que tem os deputados Sérgio Godinho e Narcizo Parisotto como seus representantes, manteve o segundo na liderança. Entre os quatro tucanos - Dado Cherem, Clésio Salvaro, Jorginho Mello e Nilson Gonçalves -, o eleito foi Mello. O PT ainda não definiu a liderança.

Cônsul será chamado

O presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc, deputado Dado Cherem (PSDB), anunciou na tribuna, na sessão plenária do dia 26, que vai pedir a convocação do cônsul argentino, Valdo Palmi, para dar explicações sobre declarações maldosas e inverídicas sobre Florianópolis para a imprensa argentina. Em matéria publicada pela revista *No-*

tícias, publicação na linha das brasileiras *Veja*, *Isto É* ou *Época*, da segunda semana de fevereiro, Palmi fez duras declarações contra o turismo na Ilha, afirmando que mais de uma centena de seus compatriotas foram assaltados, somente no mês de janeiro. “Conversei com a delegada da Delegacia do Turista e sabemos que houve apenas alguns casos isolados, a exemplo do assalto no sul do Ilha,

onde um dos marginais presos é natural da Argentina”, contou Cherem.

O parlamentar não esconde que a entrevista de Palmi pode ser uma forma de represália diante da prisão de dois argentinos acusados de pedofilia, em Balneário Camboriú ou do caso dos dois jovens presos com dólares falsos em Florianópolis. (CA)

Agenda

Dia 1º, 14 h - CPI da Udesc: Depoimento do prefeito de São Gonçalo (BA), Antônio Dessa, sobre ensino a distância
Local: Sala das Comissões

Dia 1º, 19 h - Sessão solene em homenagem aos 70 anos da Imprensa Oficial do Estado (Ioesc)
Local: Plenário

Dia 5, 8 h - Reunião das comissões do Senado Federal e da Assembleia Legislativa para tratar das terras indígenas
Local: Plenário

Dia 5, 9 h - Audiência pública estadual “Inclusão e direitos da juventude”
Local: Auditório do CAV - Lages

Dia 6, 9 h - Audiência pública estadual “Inclusão e direitos da juventude”
Local: Auditório Encontro dos Rios - Rio do Sul

Caso Parmalat

Durante a sessão plenária de quinta-feira (19), o deputado Sérgio Godinho (PTB) ocupou a tribuna para alertar sobre os prejuízos provocados pela concordata da Parmalat aos produtores de leite do Planalto Serrano. Segundo o parlamentar, a empresa deixou de pagar R\$ 1,3 milhão aos 1.800 produtores que forneciam leite à empresa Lactoplasa que, depois de beneficiado, envasava o produto com a logomarca da Parmalat.

“Isso causou um problema social grande e em consequência a cadeia de leite vai arrebentar”, afirmou Godinho. A manifestação do parlamentar petebista foi reforçada pelos deputados Ono-

fre Agostini (PFL) e Antônio Carlos Vieira - *Vieirão* (PP), que defendem regras igualitárias de responsabilidade para a diretoria da empresa na Itália e no Brasil. Ao encerrar seu pronunciamento, falou da necessidade das instituições financeiras criarem facilidades de acesso às linhas de crédito para os pequenos e micro-empresários catarinenses. “A grande maioria das nossas empresas - cerca de 99% -, enquadram-se nestas categorias e têm índice de inadimplência praticamente zero. No entanto, são elas que enfrentam as maiores dificuldades para conseguir um empréstimo e isso precisa ser mudado”, afirmou. (RMPP)

Curtas

Pesquisa

O deputado Celestino Secco (PP) foi à tribuna na sessão ordinária do dia 18 para falar da dificuldade de pequenos e micro empresários em manter seus empreendimentos. Em pesquisa realizada pelo Banco Mundial o Brasil foi classificado em 78º lugar, entre 133 países, se posicionando como um dos piores países do mundo para se abrir, ou mesmo fechar, uma empresa. Segundo ele, os fatores que colocam o Brasil neste patamar estão diretamente relacionados ao conjunto de leis e ramificações burocráticas - responsáveis pela morte precoce de muitos empreendimentos -, e à legislação trabalhista. (TK)

Hidrelétrica e Radioterapia

Aprovado no dia 17 de fevereiro, requerimento de autoria do deputado Antônio Ceron, líder do PFL, solicitando ao secretário do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Bráulio Barbosa, e ao diretor da Fatma, Sérgio Grandó, agilização da licença ambiental junto ao Ibama em Brasília para a construção da Usina Hidrelétrica Pai Querê, em Lages.

Do mesmo deputado, aprovado na sessão plenária (18), pedido de informação que requer envio de expediente ao governo do Estado e ao secretário da Saúde solicitando a liberação de recursos da ordem de R\$ 500 mil, constantes no Orçamento de 2004, para a implantação do serviço de radioterapia no hospital Tereza Ramos, de Lages. (DAB)

Desmonte

A Lei que estabelece normas de controle para empresas com atividades de desmonte de veículos, de autoria do deputado Francisco de Assis Nunes (PT), foi sancionada em janeiro pelo governador em exercício Volnei Morastoni, sob o nº 12.919. Com a lei, as empresas que exercem atividades de desmonte de veículos e reintrodução de equipamentos, peças e acessórios usados no mercado, ficam sujeitas a registro especial concedido pela secretaria da Fazenda (SEF) e pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Também deverão afixar os números do registro especial nas mercadorias comercializadas e enviar relatório mensal ao Detran com algumas exigências.

Decreto

O líder da bancada do PP, deputado Joares Ponticelli, pediu na sessão plenária do dia 18, a revogação imediata do decreto governamental nº 1408, de 2 de fevereiro de 2004, que regulamenta o empréstimo ao servidor público em Santa Catarina, com desconto em folha de pagamento, junto às instituições financeiras, impedindo que os empréstimos sejam feitos em outros bancos que não os da rede oficial, cujas taxas são muitas vezes maiores. O parlamentar assinalou que, se não houver a revogação, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai entrar com um projeto de sustação de ato de Poder Executivo. (GMP)

Casa Abrigo ajuda mulheres em situação de violência

Rose Mary Paz Padilha

Uma casa de dois andares, próxima ao centro de Blumenau, é o refúgio de mulheres e seus filhos de até 18 anos que sofreram algum tipo de violência doméstica. Mulheres como Clarice (nome fictício), 22 anos e dois filhos: um menino de um ano e seis meses e uma menina de três anos. Ela, que já passou pela casa outras vezes, pertence ao universo de mulheres que tiveram a coragem de denunciar o agressor, geralmente o marido, mas que também pode ser outra pessoa do sexo masculino muito próximo da vítima, como pai, padrasto, tio, irmão ou vizinho. "Vou tentar pela última vez, mas não tenho esperança. As mãos que acariciam são as mesmas que batem. É difícil esquecer isso. Aqui no abrigo me sinto outra pessoa", declarou Clarice, que disse ser espancada pelo companheiro desde o primeiro mês em que foram viver juntos, há quatro anos.

A violência contra a mulher acontece geralmente dentro de casa e representa 63% das agressões. Ela está expressa através de marcas no corpo, no olhar e na fala da mulher agredida. Segundo pesquisa realizada há dois anos pela fundação Perseu Abramo, no Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é espancada. Estatísticas da Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente de Blumenau mostram que na última década a média de ocorrências foi de 2.800/ano - número que não demonstra a realidade, considerando que muitas mulheres não registram a violência sofrida por medo da reação do agressor.

Diante desse quadro, a Secretaria Municipal de Assistência Social implantou em 2001, através da Lei Municipal nº 5.825/01, o Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar, que presta atendimento social, psicológico e jurídico às mulhe-

res em situação de violência. Segundo a assistente social Maria do Carmo Campigoto, superintendente de Promoção e Proteção Social, da secretaria municipal de Assistência Social, o programa atua em dois eixos: no campo da proteção, através da Casa Abrigo Elisa, e no campo da prevenção, através do Centro de Apoio à Família Vítima de Violência Doméstica e Intrafamiliar. "Os tipos de violência mais comuns contra a mulher são a violência física, sexual, psicológica, emocional, econômica ou financeira. Na realidade prevalece a impunidade, expressa desde a dificuldade de obtenção de medida cautelar em tempo hábil, e até mesmo, de sua real eficácia", declarou a assistente social.



Mulheres como "Clarice" são assistidas pela Casa Abrigo de Blumenau

Violência envolve uso de drogas e álcool

A grande maioria dos agressores, cerca de 70%, usa drogas e álcool.

Além de garantir atendimento à mulher e aos seus filhos em situação de vítima, o programa desenvolvido em Blumenau também é dirigido ao autor da agressão. Desde sua implantação em setembro de 2001, cerca de 40 famílias são atendidas por mês no campo da prevenção, inclusive com reuniões onde o agressor é convidado a participar - um desafio dentro do programa. São desenvolvidas ações, por exemplo, de fortalecimento do vínculo entre mãe, pai e filhos, modos de convivência não violentos e tomada de decisões. No aspecto proteção, 114 mulheres e 245 crianças e adolescentes já tiveram abrigo garantido, num total de 359 pessoas. "A realidade vivenciada por milhares de brasileiras aponta para a urgência da criação de políticas públicas voltadas para o combate das desigualdades de gênero como forma de prevenir relações violentas entre os sexos", salientou Maria do Carmo, que destaca o programa como uma das possíveis soluções como estratégia de proteção às mulheres que correm risco de vida dentro de



Assistente Social, Maria do Carmo Campigoto: "a impunidade ainda prevalece nos casos de violência contra a mulher".

casa. "Homens e mulheres envolvidos nesses conflitos são vítimas do sistema. Os homens foram construídos para serem violentos e as mulheres para serem passivas. É preciso que as famílias conversem, se conheçam, tenham afeto".

A exemplo de Blumenau, outros municípios já estão implantando a Casa Abrigo, como é o caso de Joinville. A lei municipal que criou o programa de Apoio à Mulher em Situação de Violência, de autoria do ex-vereador e atual deputado estadual Wilson Vieira - Dentinho (PT), originou o programa no âmbito estadual, por iniciativa do parlamentar e de sua colega de bancada, deputada Ana Paula Lima. Com a nova lei estadual, sancionada no ano passado, o governo deve instalar os "abrigamentos" nas cidades-pólo de Santa Catarina.

Perfil das vítimas

Idade: De 18 até mais de 50 anos;

Crianças que mais sofrem agressões dentro de casa: de zero a 18 anos, a maioria do sexo feminino;

Atividade profissional: a maioria donas de casa ou trabalham em atividades consideradas profissões femininas, como diarista e costureira;

Renda: 59% têm renda zero e o restante ganha até dois salários mínimos/mês;

Estado civil: 62% têm união estável (vivem juntos mas sem casamento oficial);

Escolaridade: 84% têm ensino fundamental incompleto;

Naturalidade: a maioria, 84%, é de Blumenau;

Grau de parentesco do autor da agressão: 78% marido ou companheiro;

Motivo do abrigamento: 41% por agressão física com lesão e 57% por violência psicológica com ameaça de morte.

Como agir em caso de lesão corporal

- Não reaja, converse com o agressor;
- Peça ajuda: não grite socorro, mas sim "FOGO". Sempre haverá um curioso para atender o chamado;
- Vá para um lugar seguro, caso necessário peça ajuda ao 190 (plantão da Polícia Militar);
- Se a lesão causou ferimento, procure um serviço de saúde. Não se lave e nem troque as roupas. Registre queixa em 24 horas na Delegacia da Mulher mais próxima;
- Exija da delegacia o Boletim de Ocorrência (BO) e um guia para exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML);
- A vítima de lesões corporais pode, além da ação penal, mover ação civil contra o agressor, para que este repare o dano causado. Procure um advogado ou a Defensoria Pública.

(Fonte: Centro de Referência para Pessoas em Situação de Violência Doméstica de Blumenau).